



A INFERTILIDADE APROPRIADA PELO MERCADO: TROCAS ENVOLVENDO ÓVULOS E GESTAÇÃO SUBSTITUTIVA

Palavras-Chave: ANTROPOLOGIA, TECNOLOGIA REPRODUTIVA, FAMÍLIA

Autores/as:

Luiza Venancio Mazieri, Unicamp

Prof. Dr. Christiano Key Tambascia (orientador), Unicamp

Neste início da segunda década do novo século, o mercado das tecnologias reprodutivas conceptivas já completa mais de quarenta anos. Com uma considerável história, hoje já é possível tecer reflexões sobre como este mercado permite que óvulos humanos sejam realocados em novas cadeias de sentido, como quando são tomados como objeto de troca, levando em conta o universo de valores éticos e morais relacionados ao fenômeno. Nesta pesquisa, analisei esse processo na produção de narrativas e discursos voltados ao que popularmente é denominado como “barriga de aluguel”, ou “gestação por substituição”, como definida na resolução nº2.168 do Conselho Federal de Medicina¹ e também na prática da venda ou troca de óvulos para tratamentos de fertilidade. Ou seja, busquei abordar o tema através de uma análise do universo simbólico, mas também institucional (incluindo a produção científica) envolvendo a prática social destas tecnologias e também o imaginário associado às mesmas. Para tanto, busquei recuperar a história destas práticas desde uma perspectiva antropológica.

Para o antropólogo Igor Kopytoff, autor do texto “A biografia cultural das coisas”, todas as coisas têm uma trajetória, uma história que perpassa todos os significados atribuídos a elas ao longo da sua vida terrena. É sobre tais sentidos sociais, associados às coisas, que interessa desenvolver brevemente o argumento do autor. Para Kopytoff, ao refletir sobre os possíveis regimes aos quais uma sorte de coisas são associadas, uma proposta de trocar um objeto tido como pertencente a um círculo de coisas às quais não se deve atribuir nenhum valor de troca causa mal estar e contrariedade. Por exemplo, a proposta de trocar óvulos humanos por dinheiro, ou por um tratamento de fertilidade caro pode ser questionada - se não de um ponto de vista técnico, ao menos moral e social. Também o aluguel ou a cessão temporária não remunerada de úteros podem ser vistos com estranheza. Uma análise sobre os sentidos subjacentes a tais incômodos pode revelar questões interessantes e que frequentemente são naturalizadas. Sobretudo se lembrarmos do alcance e da importância que as tecnologias reprodutivas têm desde o final do século passado na sociedade contemporânea. Alcance, entretanto, que tem rebatimentos distintos nos diferentes contextos nacionais e culturais em que a prática é realizada. Diante dessas situações, por exemplo, as legislações de diferentes países determinam diferentes proibições e permissões no que diz respeito a acordos concernindo tecnologias reprodutivas conceptivas extremamente caras que prometem reverter um problema causador de muito sofrimento: a infertilidade.

¹ Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026 . Acessado em 16/08/2021.

Procurei, com essa pesquisa, refletir sobre questões interseccionais que fundamentam percepções e mesmo a constituição de políticas públicas sobre o tema, com especial atenção aos marcadores sociais de gênero e de classe. Também pretendo realizar um estudo preliminar sobre os termos mercadológicos implicados no tema: como o que se tem chamado de “The Baby Business” (“Negócio dos Bebês”), já que um número cada vez maior de pessoas vem se dispondo a gastar grandes quantias de dinheiro com tratamentos de fertilidade, criando, então, uma indústria multibilionária de gestação planejada da vida². Dessa forma, essa pesquisa incide sobre campos de debates clássicos em antropologia: como, por exemplo, sobre natureza e cultura, sobre a troca, bem como sobre as novas tecnologias reprodutivas e suas implicações na discussão sobre gênero e sexualidade.

Marilena Corrêa e Maria Loyola, especialistas em saúde social e autoras do texto “Tecnologias de reprodução assistida no Brasil: opções para ampliar o acesso” (2015), recuperam as narrativas sobre o surgimento das tecnologias reprodutivas e o seu uso histórico. Elas explicam que a partir dos anos 2000, por exemplo, houve uma consolidação da tendência de desenvolvimento de testes para controlar a presença de traços desejáveis ou não no material genético dos embriões sendo produzidos em laboratórios, ampliando consideravelmente as possibilidades de intervenção no processo de constituição de uma futura pessoa (promessa, essa, já existente desde o início das tecnologias reprodutivas, indicando que o debate sobre o tema sempre foi cercado de polêmicas). Nesse momento, passa a ser possível também a seleção sexual dos embriões, o que provoca a retomada das discussões sobre eugenia, prevalentes no século XIX, agora no final do século XX. Os debates, é evidente nos casos analisados pelas autoras e por grande parte da literatura sobre o tema, não ficaram restritos aos aspectos técnicos deste processo, e ganharam espaço na arena ética e moral.

Segundo Corrêa e Loyola, existe uma “suspensão de provas científicas como etapa necessária à incorporação de novas tecnologias biomédicas à prática médica” (2015, p. 755) no que diz respeito ao âmbito médico-científico e especificamente no caso de procedimentos para a correção da infertilidade. As autoras trazem elementos que ajudam a situar como as práticas reprodutivas foram aplicadas no contexto brasileiro, o que é fundamental para esta pesquisa, ao fornecer informações que tornam mais claras e concretas quem são as pessoas que recorrem a estes procedimentos. Elas apontam que, no Brasil, as voluntárias que foram inseridas em experimentos de fertilização *in vitro* moravam em São Paulo, em sua maioria, e essas experimentações foram promovidas de forma privada. As mulheres que se submeteram aos procedimentos o fizeram voluntariamente, pois não podiam pagar pelo tratamento, reinscrevendo novamente os aspectos éticos e morais no interior de processos técnicos, colocando também um novo elemento na equação: a inserção de aspectos econômicos, associados aos marcadores sociais de classe. O primeiro nascimento de um bebê brasileiro através de fertilização *in vitro* veio em 1984, descendente de uma das voluntárias.

A investigação sobre diferenças de classe que permeiam as formas como as tecnologias reprodutivas conceptivas e suas aplicações são de fato mobilizadas pelos sujeitos é um tema central para a minha pesquisa. Afinal, a opção para retardar a maternidade é acompanhada de uma maior capacidade de dispor de recursos financeiros consideráveis, como é prontamente admitido pelas mulheres que lançam mão destas possibilidades de atuação sobre seus próprios corpos, em razão de uma percepção sobre planejamento familiar e pessoal. É esta tensão que primeiro chama a atenção, em geral sendo responsável por caracterizar quem contrata estes serviços e quem é contratado (através do ingresso dos corpos em uma esfera do mercado que complexifica aspectos considerados

² Segundo o jornal El País, o mercado da fertilidade alcançará aproximadamente 115,5 bilhões de reais, crescendo 9% ao ano, de acordo com dados do Allied Market Research. Matéria disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/actualidad/1563549009_803035.html. Acessado em 16/08/2021.

técnico-científicos e também morais e culturais). A isto, como veremos, somam-se outras desigualdades sociais.

A antropóloga Marilyn Strathern discorre, em seu texto “Necessidade de pais, necessidade de mães” (1995), sobre uma situação ocorrida no Reino Unido em que mulheres virgens estavam procurando serviços de inseminação artificial, pois desejavam ter filhos sem precisar relacionarem-se com homens, e também não planejavam que seus filhos tivessem um pai. A divulgação desses casos gerou grande horror na sociedade britânica, e a sanidade dessas mulheres foi questionada. Assim, a autora discute o porquê de ser socialmente aceitável que um pai decida que seus filhos possam ser criados sem ele, enquanto uma mãe, ao decidir que seus filhos não necessitam de uma figura parental masculina, escandaliza grande parte da população e pode lhe resultar num diagnóstico de desequilíbrio psicológico.

Em um de seus livros, “Reproduzindo o Futuro”, Strathern (1992) nos mostra que é preciso refletir sobre uma das principais características do mundo euro-americano, a produção de uma fonte inesgotável de emanação de desejos, cuja satisfação, através do consumo, é personalizada e individualizada. Essa característica pode ser encontrada no desenvolvimento do mercado gerado pelas tecnologias reprodutivas conceptivas, em que cada vez mais as pessoas, comprando pacotes de tratamentos e intervenções, com preços exorbitantes para gerar um filho, têm tido acesso à promessa de ter descendentes cujos genes têm sido cuidadosamente selecionados dentre uma gama de opções. Tais opções são provenientes de doadores disponíveis, bem como são possíveis pelos avanços tecnológicos disponíveis que permitem a realização das idealizações apresentadas pelos clientes.

A socióloga Rosana Barbosa (2003), no livro “Novas Tecnologias Reprodutivas: Questões e Desafios”, também levanta a desigualdade de acesso que mulheres têm à reprodução assistida tendo em vista as diferenças de acesso a serviços, dadas as classes sociais que acessam este sistema. Em sua pesquisa, ela observou que a maioria das mulheres que procuraram por tratamento de fertilidade no setor público apresentavam ligaduras tubárias ou relataram que haviam precisado de serviços de saúde anteriormente em suas vidas, aos quais não tiveram acesso por não possuírem meios financeiros à época. Os problemas de saúde que tinham presentemente e que as levaram a buscar tratamentos para sua infertilidade muitas vezes eram consequências dessa falta de acesso a um atendimento médico de qualidade que ocorrera em suas vidas no passado. Ou seja, na prática, dificuldades de acesso aos serviços e tecnologias disponíveis impõem-se como determinantes para a fruição desta noção de desejo de maternidade.

Outra chave de interesse desta pesquisa é o exame da presença dessas relações em produções culturais, analisando o universo simbólico criado a respeito das tecnologias reprodutivas conceptivas. Por exemplo, o drama da relação entre a mulher que carrega o filho de outra e essa mãe receptora é o que gera interesse nas tecnologias reprodutivas conceptivas para que elas se tornem presentes nas tramas de diversas obras de ficção. No contexto brasileiro, a discussão sobre os tipos de relações geradas através da biotecnologia inspirou os roteiros de muitas novelas, como Barriga de Aluguel (1990-1991), Amor de Mãe (2019-presente) e O Clone (2001-2002), todas transmitidas pela Rede Globo, a maior rede de televisão aberta no país. A possibilidade de gestão da vida segundo arranjos socialmente sancionados ou reprimidos, que mobiliza uma série de políticas simbolicamente mediadas na atualidade, também é explorado em filmes e séries, inclusive de comédia, e que procuram trazer o tema de forma mais leve, contribuindo para que o debate tenha grande alcance e também para capturar a atenção da audiência. Observar como esses temas são levados ao público e como este absorve essas informações é importante para compreender a formação do universo simbólico em relação ao parentesco nesse contexto. Afinal, estas produções ajudam a constituir um imaginário sobre o que configura uma família e os perigos e percalços

associados às intervenções sobre aquilo que frequentemente é presumido como pertencente à esfera da natureza.

Há também livros que desenvolvem os temas da gestação substitutiva em ficções distópicas e que interessa aqui mencionar. O livro “A Joia” (Ewing, 2015) traz um universo narrativo rico, que pode ser uma espécie de porta de entrada para estudos sobre este imaginário sobre as tecnologias reprodutivas e os riscos a elas atribuídos, bem como sobre o que mobilizam socialmente. Na história fictícia, Violet Lasting é uma garota de 17 anos cujo status social é ser uma gestante substitutiva. A personagem vive numa ilha onde mulheres pertencentes à elite são esterilizadas ao se casarem. Para terem filhos, elas compram garotas como Violet em um leilão: meninas pobres que possuem estranhos poderes mágicos, através dos quais elas moldam as crianças em seus ventres de acordo com os desejos de suas senhoras. As senhoras, no entanto, se encontram em uma posição de sujeição em relação aos homens desta sociedade, sendo esterilizadas contra a sua vontade e também não tendo poder de escolha em relação aos seus casamentos, de forma que as gestantes substitutivas ficam sob seu jugo e têm de suportar o comportamento mesquinho de suas amarguradas senhoras, sem que ninguém possa interferir nessa relação. Ainda assim, são as gestantes substitutivas que detêm a possibilidade de moldar as crianças, e não é uma garantia que as senhoras receberão aquilo que desejam.

A história se assemelha à distopia escrita por Margaret Atwood em seu livro “O Conto da Aia” (1985), em que mulheres da elite têm seus filhos através de Aias, mulheres sem direito a um nome ou a uma vida social e que pertencem aos homens poderosos do país imaginado por Atwood, Gilead, onde nenhuma mulher possui direitos civis. As Aias são mulheres que permaneceram férteis mesmo após desastres ambientais que causaram infertilidade à população feminina apenas. Assim, aquelas que são férteis e não são elegíveis para o casamento, uma vez que para isso seria preciso que fossem castas, são consideradas recursos naturais do país, que precisam ser aproveitadas o máximo possível para produzir herdeiros. Por causa disso, elas podem ser tomadas por mais de um homem ao longo de sua vida útil.

Ao longo de meses de pesquisa, busquei trazer todos esses assuntos à tona, à luz das leituras sobre a história das tecnologias reprodutivas e, mais especificamente, sobre a perspectiva crítica antropológica sobre o tema, buscando sempre sobrepor camadas de concepções num campo diversamente ocupado por moral, costumes, ética, práticas sexuais, saber científico e consensos e desacordos populares. A reflexão sobre a diversidade nos critérios utilizados para compreender o que significa a maternidade e paternidade diante da ciência e do costume, bem como as formas como são social e simbolicamente possíveis, leva a um estudo aprofundado sobre como a presença das relações de troca nesse contexto pode se apresentar como problemática ou então como solução. Conclusões, estas, que só podem ser compreendidas com uma investigação sobre que tipo de sujeito aciona (e é acionado) neste complexo sistema técnico-moral de intervenção sobre corpos e imaginários.

BIBLIOGRAFIA

Atwood, Margaret. **O conto da aia**. Rocco, São Paulo, 2006.

Barbosa, Rosana. “**Novas Tecnologias Reprodutivas Conceptivas: produzindo classes distintas de mulheres?**” *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: questões e desafios*, Miriam Pillar Grossi, 2003.

Corrêa, Marilena C. D. V., e Maria Andrea Loyola. “**Tecnologias de reprodução assistida no Brasil: opções para ampliar o acesso**”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, vol. 25, no 3,

setembro de 2015, p. 753–77. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000300005>.

Ewing, Amy. **A Joia**. Fantasy, 2015.

Kopytoff, Igor. “**A biografia cultural das coisas: mercantilização como processo**”. In: Arjun Appadurai (org.). *A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

Strathern, Marilyn. **Reproducing the Future: Essays on Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies**. Manchester: Manchester University Press, 1992.

Strathern, Marilyn. **Necessidade de Pais, Necessidade de Mães**. *Revista Estudo Feministas*, Florianópolis – n. 2, v. 3, p. 303-329, 2º Semestre de 1995.